Serviço Social no ITERJ: Refletindo sobre o processo de trabalho neste novo espaço sócio-ocupacional

Ana Lúcia Silva de Oliveira (1) Bárbara Mendonça Macedo Pereira (2) Charles Barros de Figueiredo (3)

(1) Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, ITERJ, Brasil. E-mail: aninha.seso@gmail.com
(2) Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, ITERJ, Brasil. E-mail: barbara.seso@yahoo.com.br
(3) Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, ITERJ, Brasil. E-mail: chcelseso@gmail.com

***Resumo**: O presente trabalho apresenta uma reflexão acerca do processo de trabalho dos assistentes sociais no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, campo de atuação recente do Serviço Social. Foram resgatadas reflexões sobre processo de trabalho e espaço sócio-ocupacional. A trajetória do Serviço Social no Instituto foi analisada, como as demandas iniciais, a construção do projeto de intervenção, e as atividades realizadas, entre elas: vistorias técnicas, assessoria nos termos de referência, além de correção e elaboração dos diagnósticos socioeconômicos. Conclui-se com a apresentação dos desafios colocados aos assistentes sociais na afirmação de seu projeto ético-político.*

***Palavras-chave**: processo de trabalho; Serviço Social; espaço sócio-ocupacional; ITERJ.*

***Abstract**: This study presents a reflection on the work process of social workers at the Institute of Land and Cartography of the State of Rio de Janeiro, recent working field of Social Work. Reflections were rescued on work process and socio- occupational space. The trajectory of Social Work at the Institute was analyzed, as the initial demands, construction of the intervention project, and activities, including: technical inspection, advice on terms of reference, as well as correction and preparation of socioeconomic diagnostics. It concludes with the presentation of the challenges facing social workers in the assertion of its ethical - political project.*

***Key-words**: working process; Social Work; socio-occupacional space; ITERJ.*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca da inserção dos assistentes sociais no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, problematizando o seu processo de trabalho e a sua trajetória de construção enquanto novo espaço sócio-ocupacional.

O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Habitação, é responsável pela regularização fundiária de interesse social, concedendo título de propriedade às famílias que possuam moradias em áreas urbanas e rurais, e visa promover, com isso, o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e a possibilidade de implementação de políticas públicas urbanas de infraestrutura, projetos geradores de trabalho e renda, e acesso a direitos sociais e outras políticas (educação, assistência social, habitação, etc.).

Ao buscar desenvolver ações estabelecidas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), o Instituto toma como parâmetro legal o que rege a Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, assim como o que está de acordo com a Lei Complementar n. 131 à Constituição Estadual, de 06 de novembro de 2009, Art. 2º, inciso II, que dispõe sobre medidas voltadas à Regularização Fundiária de Interesse Social em Imóveis do Estado do Rio de Janeiro, a populações de baixa renda, para garantir o direito social à moradia, cujo teor versa sobre o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, promovidas pelo Poder Público.

Embora o ITERJ tenha sido criado em 1990, pela Lei nº 1.738 (05/11/1990), até 2012 a autarquia não possuía um quadro próprio de servidores concursados, tendo sido convocados 107 novos profissionais, entre analistas e técnicos, a partir da realização de concurso público no ano de 2011. Dentre estes, foram convocados três assistentes sociais para ocupar as três vagas de Analista de Desenvolvimento Agrário/ Política Social e Desenvolvimento Sustentável / Assistência Social, definidas no edital.

Estes assistentes sociais, primeiros profissionais com esta formação no ITERJ, foram lotados na Diretoria de Cadastro e Cartografia, especificamente na Gerência de Cadastro e Pesquisa Social, sem que houvesse uma proposta definida de atuação.

O fato de não possuir uma proposta definida poderia significar uma possibilidade de maior autonomia para a prática profissional, como também poderia ser uma aproximação à representação social da profissão no senso comum. Nesta última, os profissionais são chamados a desenvolverem atividades voltadas ao assistencialismo e ao imediatismo, sem levar em conta sua dimensão analítica acerca da política social que está sendo inserido. Dessa forma, um dos desafios neste novo campo sócio-ocupacional na Instituição tem sido "(...) sobrepor, no campo da intervenção, a questão do "por que fazer" à do 'como fazer'; (...), [avançando] o conhecimento em direção ao 'para que fazer'." (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p.62).

2. O PROCESSO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

O processo de trabalho tem sido relacionado pelo pensamento social como uma vinculação ao trabalho fabril, ou outros ramos de negócios mais tradicionais, como o sistema bancário, cujas atividades humanas desenvolvidas são melhores discriminadas pelas compartimentações e estruturas organizacionais do trabalho.

A literatura e os estudos a respeito das análises e desenvolvimento do trabalho do assistente social pautam que sua prática está relacionada como especialidade laborativa, e é requerido a partir da necessidade e as estratégias da classe dominante enfrentar as expressões da questão social, este entendido como resultante do conflito capital x trabalho.

Neste sentido, a finalidade do trabalho do assistente social, também trabalhador assalariado, na divisão sóciotécnica do trabalho, é atender a objetivos específicos sobre, no dizer de Antunes (1997), a classe que vive do trabalho. Neste caso, trabalhamos com políticas sociais, principalmente legitimadas pelo Estado, e benefícios sociais concedidos por empresas privadas, para garantir as condições ideias para exploração, manutenção e reprodução social do trabalhador. Sobre isso, Almeida (1996, p.39) discorre:

> Temos assim que também o processo de trabalho do Serviço Social se assenta sobre uma força de trabalho assalariada e contratada no mercado; dispõe de certos meios de produção – que, ao longo da história dessa profissão, lhe imputaram muitos limites na sua atuação –; e gera um produto resultado de seu trabalho, que vem tendo pouca visibilidade no interior da própria profissão quanto às reais fronteiras de seu alcance e relevância sociais.

Desta forma, o assistente social está envolvido sobre determinadas pressões e correlações de forças na sua prática profissional e cotidiana que o limita a exercer sua autonomia profissional efetivamente em prol da classe à qual é destinado seu trabalho. Isto é, não detém os meios objetivos para realização dos fins desejados em favor dos trabalhadores.

A análise do processo de trabalho deve levar em consideração nossas condições objetivas para o exercício profissional, tendo em vista a nossa vinculação de assalariado, quanto ao grau de coerção e da própria burocracia no ambiente de trabalho ao qual o profissional se encontra.

Sendo assim, é necessário compreender o trabalho do assistente social também a partir das condições efetivas de realização, que determinam a maior ou menor eficiência da atuação profissional. Almeida (1996) aponta duas categorias para estas condições: a competência política e teórico-metodológica; e a realidade sócioinstitucional na qual se efetiva a ação do Serviço Social.

É imperiosa, ao assistente social, a demarcação de limites e alcances da prática profissional, que só pode ser realizada a partir de habilidades específicas, tanto de conhecimento de recursos técnico-instrumentais quanto em conhecimento político-institucional que permita uma análise das correlações de forças presentes na instituição demandatária de seus serviços e na sociedade.

Assim, refletir o processo de trabalho dos assistentes sociais no ITERJ, uma autarquia vinculada a um órgão responsável pelo desenvolvimento da política social habitacional no estado do Rio de Janeiro, é buscar compreender a inserção deste trabalhador assalariado, que possui relativa autonomia num ambiente de disputas de poder, tal qual ocorre em todas as políticas sociais.

Para analisar os espaços de trabalho, é necessário compreender que os mesmos possuem em seu interior uma correlação de forças políticas, que reproduz a correlação de forças existentes entre projetos societários que extrapolam as suas estruturas. Iamamoto (2009, p. 344) aponta que a diretriz que precisa ser resgatada ao debater espaços sócio-ocupacionais deve ser o fato de que eles contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, tanto naqueles existentes pela ação do empresariado, quanto os derivados da implementação de políticas sociais de Estado, ou da organização da classe trabalhadora. Em todos eles há tensões de classe, e por este motivo cabe compreender que:

> (...) o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade. (IAMAMOTO, 2009, p.344).

Desta forma, no ITERJ, os assistentes sociais buscaram superar as demandas postas, e pensar em demandas potenciais, considerando o compromisso assumido pela categoria em seu projeto ético-político. Já no início de suas atividades no Instituto, os profissionais identificaram a

> (...) necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da intervenção profissional, contextualizando-a no campo da política social. Isto porque (...) é exigido dos assistentes sociais a apropriação do debate sobre intervenção profissional travado na sua área de conhecimento, e a necessidade de colocá-lo em movimento. (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p.65).

3. REFLETINDO SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ITERJ

Inicialmente, não foi apresentada, aos assistentes sociais, uma clara definição do que o Instituto pretendia como produto de seu trabalho, e os assistentes sociais foram convidados a participarem de assembleias realizadas nas comunidades urbanas, como um momento do processo de regularização fundiária. Observando uma atuação em campo dos trabalhadores do Instituto, verificou-se a necessidade de realizar uma análise institucional, com o intuito de conhecer o trabalho desenvolvido pelo ITERJ, a sua organização, as forças políticas presentes e outros aspectos. Principalmente, buscou-se compreender a intencionalidade dos gestores em lotar os assistentes sociais na Gerência de Cadastro e Pesquisa Social, vinculada à Diretoria de Cadastro e Cartografia.

A realização da análise institucional culminou na constatação da necessidade de elaboração de um projeto profissional dos assistentes sociais, aqui compreendido como nos apresenta Couto (2009, p.654):

> (...) o projeto profissional é um importante instrumento para o trabalho com outros profissionais, quando houver, e também de balizamento do entendimento da profissão pela instituição que contrata. O projeto de trabalho deve compor as normas de regulação instituída, ser um elemento presente nas negociações, no espaço sócio-ocupacional. Ao apresentar o projeto de trabalho, o assistente social estabelece parâmetros importantes da relação profissional dentro da instituição em que trabalha.

Demandas foram apresentadas aos assistentes sociais, e algumas compreendiam a atividade profissional sob o olhar do senso comum, convocando-os a atuarem como executores de intervenções pontuais, não planejadas, que careciam de reflexão crítica. Outras demandas foram surgindo, a partir do desvelamento da realidade observada, sendo identificadas possíveis intervenções, amparadas pelo projeto ético-político do Serviço Social, e balizadas pela Lei de Regulamentação da Profissão.

Na gerência de Cadastro e Pesquisa Social, até aquele momento, não havia ações voltadas para a pesquisa social, apesar de o enorme número de dados produzidos na realização do cadastro das comunidades. Considerando o acesso privilegiado aos dados produzidos na mesma gerência, o projeto de intervenção foi construído tendo a pesquisa social como um ponto de partida para a proposição de todas as ações.

Dentre as atividades previstas, temos: a realização de vistorias técnicas; a correção de diagnósticos socioeconômicos elaborados pelas empresas licitadas pelo Instituto; a assessoria técnica na elaboração dos termos de referências; e a elaboração de diagnóstico socioeconômico em assentamentos urbanos com cadastramento realizado pela equipe do ITERJ.

No ano de 2013, a demanda mais solicitada para os assistentes sociais foi a vistoria técnica. O instrumento utilizado incialmente necessitou de adaptações e modificações, bem como foi criada uma metodologia de trabalho com a planificação dos processos, a criação de cronogramas de vistorias, o roteiro fotográfico e a ficha de vistoria técnica. Sobre esta ficha buscou-se uma maior aproximação do olhar científico daqueles que realizam as vistorias nos assentamentos urbanos visitados.

Ao final daquele ano, a partir das visitas em assentamentos de outros municípios, verificou-se a necessidade de elaborar outro instrumento que contemplasse este momento, essencialmente político. Desta feita, foi criada a ficha de visita preliminar, definida pelos profissionais de Serviço Social como sendo o primeiro momento de reconhecimento da área, com a presença de autoridades locais (prefeito e/ou vereadores, secretários, etc) e, preferivelmente, com a participação de líderes comunitários, como presidente de associação de moradores ou outras representações populares, o que algumas vezes não ocorre.

Assim, no ano de 2013 foram realizadas 37 vistorias técnicas e 23 visitas preliminares (em 8 municípios do estado do Rio de Janeiro).

O que se seguiu no ano de 2014 foi a realização de 113 vistorias técnicas, sendo apenas 4 visitas preliminares, em 2 municípios. Observa-se uma queda acentuada nas visitas preliminares, tendo em vista a correlação de forças existentes. Vale ressaltar que neste ano houve eleição para os cargos de deputado estadual e federal, senador, governador e presidente da República.

Se pensarmos que a pesquisa é "(...) a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade." (MINAYO, 2009, p. 16), entendeu-se que outras ações deveriam ser realizadas a fim de alavancar esta área. Nesse sentido, o olhar dos profissionais voltou-se para o diagnóstico socioeconômico, sua correção, sua elaboração e sua utilização dentro da Instituição.

Compreendemos diagnóstico socioeconômico como diagnóstico social acrescido de informações relativas às atividades econômicas da área estudada. Trabalhamos aqui com o conceito de diagnóstico social de Paz e Taboada (2010, p.87):

> O diagnóstico social é o conhecimento, que envolve a informação, o levantamento de dados e o posicionamento que uma equipe social possui sobre o objeto do seu trabalho. É a principal ferramenta para delinear uma fotografia do território, da dinâmica social e das famílias que nele vivem (...) [o diagnóstico] é dinâmico, participativo, configurando-se num processo cumulativo, um movimento contínuo de investigação, interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais, que não se encerra na elaboração de um documento chamado 'diagnóstico social'.

Logo no início das atividades do Serviço Social, foi apresentada aos assistentes sociais, pela gerência de Cadastro e Pesquisa Social, a demanda de correção dos diagnósticos produzidos pelas empresas contratadas pelo ITERJ. Antes realizada por funcionários de outros setores do ITERJ, a correção focava apenas os erros de ortografia e gramática. A chegada dos assistentes sociais tornou-se a oportunidade de direcionamento daquela demanda – antes atendida informalmente por outros setores – a profissionais hierarquicamente vinculados àquela gerência.

A atividade então foi assumida no projeto de intervenção do Serviço Social, atendendo à solicitação da chefia, mas também porque foi vista pelos profissionais como chance de alavancar o trabalho de pesquisa social na gerência. Percebeu-se esta era uma forma de obter conhecimento sobre os usuários do ITERJ. E muitas possibilidades de trabalho poderiam surgir daquele acervo de informações.

No entanto, a disposição dos assistentes sociais em assumir as correções extrapolava o aspecto gramatical e ortográfico. Objetivou-se qualificar aquele material, buscando cobrar das empresas melhor qualidade teórico-metodológica na produção do diagnóstico. E foi neste ponto que ocorreu a maior limitação dos profissionais ao assumir este desafio: as empresas estavam submetidas a um contrato, cujo termo de referência não previa o que os assistentes sociais observaram como necessidade na produção material. Além disso, os materiais, muitas vezes, chegavam à equipe já tendo sido providenciado o pagamento por aquele produto à empresa. Sendo assim, a correção inicialmente não atingiu aos objetivos dos assistentes sociais, visto que não era possível impor uma rigidez na correção e nem dispunha de métodos de exigência às empresas.

A partir desta experiência, a equipe avaliou a necessidade de também contribuir com a elaboração dos termos de referência dos contratos do ITERJ, no que se referia às novas licitações, especificamente sobre os diagnósticos socioeconômicos.

Trata-se da terceirização dos serviços, tão presente na gestão das políticas sociais brasileiras. Sobre isso, Raichelis (2009) reflete:

> Em alguns campos de atuação, como é o caso da habitação social, entre outros, a terceirização vem se consolidando como novo modelo de produção e gestão da habitação, no qual o projeto, a obra, a operação, sua fiscalização e gerenciamento, bem como o trabalho social passam a ser contratados através de processos licitatórios, sem que, no entanto, a administração pública consiga manter a regulação e o controle estratégico de todo o processo. (p. 383)

A equipe de assistentes sociais foi chamada a participar da elaboração dos termos de referência dos contratos, como uma forma de balizar tecnicamente as exigências relacionadas à produção do serviço Cadastro Socioeconômico. Anterior a esta convocação, a equipe já vislumbrava a necessidade de intervir na elaboração dos diagnósticos pelas empresas, e não apenas na sua correção.

Foi inserido, nos termos de referência, o conceito de diagnóstico socioeconômico compreendido pela equipe, assim como a metodologia de apresentação do material. Também foi inserida a exigência do assistente social como coordenador do cadastro socioeconômico da empresa, consequente elaborador do diagnóstico, como forma de garantir um diálogo entre profissionais com a mesma base de formação.

A experiência de realização desta atividade tem se mostrado cíclica aos assistentes sociais, visto que a cada novo contrato, vê-se a oportunidade de rever conceitual e metodologicamente, o que se requisita das empresas. A exigência de que seja o assistente social o profissional da empresa a realizar o diagnóstico tem sido discutida pela equipe, pois em alguns contratos esta não foi suficiente para garantir que houvesse diálogo entre a

equipe de assistentes sociais do ITERJ e o elaborador do diagnóstico pela empresa, assim como também não garantiu que o material produzido fosse de qualidade. Ainda assim, consideramos que somente realizando esta atividade foi possível começar a imprimir ao diagnóstico socioeconômico a possibilidade de se tornar um instrumento de afirmação dos direitos sociais das populações residentes nas comunidades atendidas pelo Instituto.

Para experimentar as limitações alegadas pelas empresas no processo de elaboração do diagnóstico, bem como buscar alternativas para solução, e assim obter um produto que pudesse ser utilizado como modelo a ser seguido pelas empresas contratadas pelo ITERJ nas próximas licitações, os assistentes sociais optaram por realizar um diagnóstico socioeconômico.

Desta forma, o primeiro diagnóstico socioeconômico elaborado por esta equipe foi produzido em 2013, tendo como alvo o Conjunto de Ilhas formado pela Ilha da Gigóia e outras ilhas, chamadas coirmãs, localizadas no Complexo Lagunar de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de subsidiar o Instituto com informações e conhecimentos sobre os aspectos e características das ocupações daquele território para o qual foi solicitada a regularização fundiária.

Cabe registrar que o primeiro diagnóstico socioeconômico produzido pela equipe obteve alguns resultados importantes para a população do Conjunto de Ilhas, e também para a instituição e os profissionais que o elaboraram. O documento final elaborado foi utilizado pelo ITERJ como subsídio para reconhecimento da área das ilhas como de Especial Interesse Social, pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Esta providência permitiu que fosse alterado o Decreto Municipal nº 3.046 de 27 de abril de 1981 com a Lei Municipal nº 5.801 de 24 de outubro de 2014, permitindo ações de urbanização e regularização fundiária naquela área, que antes não era reconhecida como área de moradia. Com o diagnóstico comprovou-se a ocupação humana, além do perfil das famílias residentes.

Ainda como desdobramento da pesquisa realizada, o ITERJ criou um projeto de colaboração na implantação de políticas públicas urbanas de infraestrutura nas ilhas, contribuindo com a reforma dos decks do Conjunto de Ilhas. Sendo apontada a precariedade do transporte utilizado pelos moradores para se deslocarem entre as ilhas, e entre elas e o continente, esta demanda foi apresentada pelo ITERJ ao município, que criou a Lei Municipal nº 5.751 de 9 de junho de 2014, aprovando a implantação do transporte marítimo de passageiros no Complexo Lagunar de Jacarepaguá.

Para a equipe de assistentes sociais do Instituto, a experiência de elaboração daquele diagnóstico socioeconômico motivou a sua participação no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ocorrido de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2014,

na cidade de Natal (RN). Foi escrito o trabalho “Serviço Social e regularização fundiária no ITERJ: Diagnóstico Socioeconômico do Conjunto de Ilhas da Gigóia”, publicado e apresentado naquele Encontro, na forma de comunicação oral, pelos três assistentes sociais da equipe.

No ano de 2015, as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social no ITERJ tem sido de continuidade na realização de vistorias técnicas, e de intensificação da correção dos diagnósticos socioeconômicos produzidos pelas empresas contratadas pelo Instituto para tal fim. Considerando que uma série de licitações ocorreu no ano de 2014, e que os prazos de conclusão daqueles contratos estão se esgotando no primeiro semestre de 2015, o momento vivenciado pela equipe tem sido o de analisar os materiais produzidos pelos assistentes sociais contratados pelas empresas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os avanços na definição do fazer profissional do assistente social no ITERJ, e ainda considerando que este é um campo sócio-ocupacional de história recente, o estabelecimento do projeto de trabalho configura-se um desafio inevitável ao reconhecimento do valor social do trabalho desenvolvido, e demanda uma constante reflexão, a fim de que o cotidiano profissional não se afaste do projeto ético-político do Serviço Social.

Ao descrevermos o processo de trabalho dos assistentes sociais no ITERJ, observamos que dentre as atividades elencadas no projeto de intervenção não há menção alguma ao trabalho social.

O trabalho social tal qual vem sendo apresentado nos órgãos responsáveis pela política de regularização fundiária em assentamentos urbanos precários, não é desenvolvido no ITERJ devido a diversos fatores, sendo eles: a lotação dos assistentes sociais (diretoria que não desempenha este papel); o reduzido quantitativo de profissionais; e o tipo de trabalho efetivamente desenvolvido pela Instituição, que não realiza alterações urbanísticas em todos os locais que opera.

Assim, temos que a etapa referente à democratização do acesso de usuários a informações relacionadas às diversas etapas de realização dos projetos, bem como o período de conclusão das intervenções físicas, não são realizados pelo Serviço Social.

Para a execução parcial ou em sua totalidade haveria necessidade de superação dos fatos acima destacados, tornando-se assim um desafio para os profissionais que se encontram neste espaço sócio-ocupacional. Uma possível solução poderia ser um re-direcionamento e melhor aproveitamento do produto diagnóstico socioeconômico, no sentido do Instituto

utilizar mais efetivamente as sugestões de projetos sociais (item obrigatório dos diagnósticos) nos assentamentos urbanos, em parceria com a área de planejamento e projetos.

Podemos ainda destacar como desafio para os assistentes sociais, as demandas reprimidas e os possíveis locais de inserção do Serviço Social dentro da Instituição, tais como área de planejamento, área de projetos e assentamentos rurais. Isto posto, podemos considerar que o número de profissionais é extremamente ínfimo se colocarmos todas as reais possibilidades de inserção dentro do Instituto.

Assim, concluímos que, para além dos desafios descritos e buscando avançar criticamente acerca do processo de trabalho desenvolvido no ITERJ, o principal desafio que se coloca aos assistentes sociais, neste momento, encontra-se na melhor resposta a ser dada à questão descrita por Mioto e Nogueira (2013) no campo da intervenção, 'por que fazer', tendo em vista a forte dimensão política existente no campo das políticas públicas, não sendo diferente com a política de habitação. Avançar o conhecimento em direção à questão 'para que fazer' exige mais que competências profissionais, mas também, e principalmente, exige proposições e inovações que possam minimizar efetivamente as expressões da questão social habitacional enfrentadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz T de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 52, São Paulo: Cortez, 1996.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 18 set. 2013.

_____. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 09 out. 2013.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651 – 663.

IAMAMOTO, Marilda V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341 – 375.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.), DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina Celia Tamaso & NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. Rev. katálysis [online]. 2013, vol.16, pp. 61-71. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 07 abr. 2015.

PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. Política Nacional de Habitação, intersetorialidade e integração de Políticas Públicas. In: Curso à Distância – EAD: Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades. Setembro de 2010. 127p.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal". IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 377 – 391.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 1.738, de 05 de novembro de 1990. Cria o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de janeiro – ITERJ e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1990. Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/dc7b3b8284e6846f0325655500529a5a?OpenDocument. Acesso em 10 abr. 2015.